POR AGRICULTURA UMA AGRICULTURA UMA SUSTENTÁVEL JUSTA E SUSTENTÁVEL



No Brasil, temos muitas agriculturas diferentes.

A agricultura das grandes propriedades e do grande capital produz pouca variedade de produtos para exportação, utiliza os recursos naturais de forma predatória, despeja volumes enormes de agrotóxicos no ambiente, e recebe todo tipo de apoio governamental. Sempre recebeu.

Ao mesmo tempo, ocupando áreas muito menores, a agricultura feita por sitiantes, posseiros, arrendatários, assentados, ocupantes produz a maior parte dos alimentos consumidos no país. São famílias com poucos recursos e pouca terra que, ao longo dos séculos, em diferentes condições e com a diversidade cultural característica do Brasil, foram desprezadas pelo poder público, foram expulsas de seu lugar, sofreram e sofrem a violência da exclusão. Uma parte conseguiu se estabelecer e outra parte ainda luta para ter uma terra para trabalhar e viver com tranquilidade. Para esta maioria de famílias do campo, a vida sempre exigiu muita coragem para batalhar diariamente. Conheço isso de perto porque esta é a minha origem familiar.

Sempre acreditei que esta desigualdade no campo tem que acabar. A propriedade tem que cumprir sua função social e abrir oportunidade para quem quer trabalhar a terra. É dever do Estado garantir as condições para que isso aconteça e para que todos tenham uma vida digna. Reconheço o imenso valor da produção de alimentos sadios, sem agrotóxicos, que promove a saúde do agricultor, do consumidor, e do meio ambiente.

A agroecologia, protagonizada por pequenos agricultores, assentados e acampados, é o caminho para conservação da água, da biodiversidade e dos recursos em geral, para esta e para as futuras gerações. Esta é uma contribuição decisiva para a humanidade.

Por tudo isso, sou profundamente grato aos agricultores, agricultoras e movimentos populares que organizam e fortalecem esta luta.

Meu compromisso é com a inclusão social, com a responsabilidade ambiental, com a diversificação produtiva e a democratização do acesso ao conhecimento para que o meio rural seja cada vez mais justo e sustentável.

REFORMA AGRÁRIA

A reforma agrária, ao distribuir terras mal utilizadas e garantir as condições para que os trabalhadores produzam, contribui para o desenvolvimento do país:

- Mais produtores de comida saudável para o campo e para a cidade
 produtos diversificados, sem agrotóxicos e sem transgênicos;
- Mais cuidado com o solo, a água e a biodiversidade; ambientes mais saudáveis para viver;
- Mais gente com trabalho, renda e moradia;
- Trabalhadores mais organizados, alcançando mercados casa vez maiores;
- Aquecimento da economia em pequenas cidades;
- Populações tradicionais vivendo sua cultura na terra de seus ancestrais e passando adiante seus saberes.





AGROECOLOGIA

Está comprovado que a agroecologia é capaz de produzir em quantidade suficiente para alimentar toda a população, de forma segura e saudável. Os pequenos agricultores e os assentados da reforma agrária são os principais responsáveis pela produção de alimentos sem veneno.

Ao longo do meu mandato, mantive constante diálogo com os movimentos sociais de agricultores e agricultoras familiares, assentados e sem-terra. Venho trabalhando para que suas conquistas sejam mantidas e ampliadas.











A AGRICULTURA FAMILIAR PRODUZ A MAIOR PARTE DOS ALIMENTOS QUE CONSUMIMOS.

A maior parte das sementes nativas e mudas que garantirão plantios e matas no futuro também vêm dos pequenos produtores.

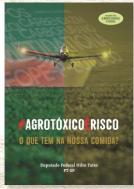
As políticas públicas que apoiam estes produtores são baratas para o Estado e geram muitos benefícios para toda a sociedade. Temos que garantir o que já foi conquistado e avançar muito mais, em programas como o PRONAF, Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) E Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

ALIMENTAÇÃO SADIA X AGROTÓXICOS

O BRASIL JÁ É O CAMPEÃO MUNDIAL NO CONSUMO DE AGROTÓXICOS, MAS A AGRICULTURA NÃO PRECISA DISSO, NOSSA SAÚDE E O MEIO AMBIENTE NÃO SUPORTAM MAIS!



Saiba mais na publicação Agrotóxico é Risco (impresso e eletrônico) e conheça a campanha: chegadeagrotoxicos.org.br



Por isso, na Câmara, temos travado um duro embate com os deputados que defendem os interesses das poucas empresas multinacionais que produzem agrotóxicos. Eles querem mudar a legislação para liberar geral o uso de venenos nas lavouras do país.

Promovemos diversos debates sobre o tema em Brasília e no estado de São Paulo, e produzimos publicações que denunciam o PL do Veneno que tramita na Câmara dos Deputados, apresentando alternativas.

Destinei emenda parlamentar para apoiar, por meio da **FIOCRUZ**, o desenvolvimento de ações de capacitação no estado de SP sobre este tema.

Ao lado de movimentos e organizações sociais, apoiamos a elaboração do PL 6670/2016 que cria a Política Nacional de Redução de Agrotóxicos, prevendo a transição consciente e gradual para a produção segura de alimentos. Seguimos lutando para que tramite com sucesso na Câmara dos Deputados.

Apresentei um Projeto de Decreto Legislativo para anular a autorização recente para cultivo de cana transgênica no país porque uma das principais consequências deste cultivo seria o violento aumento da quantidade de agrotóxicos lançados no ambiente.

Apresentei relatório contrário ao projeto de lei (PL 1176/2015) que liberaria o uso indiscriminado de agrotóxicos.



NOSSO COMPROMISSO É COM UMA AGRICULTURA SAUDÁVEL E SEGURA!





CULTIVARES

Cultivares são variedades de plantas que foram melhoradas devido à alteração ou introdução, em laboratório, de uma característica que antes não possuíam.

A humanidade faz seleção e melhoria de sementes para cultivos há milênios, desde que começou a fazer agricultura. Hoje em dia, isso envolve muita tecnologia. Apesar de existir capacidade no país para produzir nossos próprios cultivares, grande parte das sementes cultivadas no Brasil são compradas de empresas internacionais.

Neste momento, corremos o risco de que a legislação brasileira (que precisa ser melhorada!) seja piorada, aumentando o controle e o lucro de poucas corporações internacionais que dominam o mercado mundial de alimentos. A proposta (PL 827/2015) quer limitar o direito que os agricultores têm de guardar e usar os grãos colhidos como sementes na safra seguinte.

A diversidade de cultivares é estratégica para qualquer país, pois dela depende a produção presente e futura de alimentos. Apresentamos uma alternativa que representa a defesa da soberania nacional e dos agricultores brasileiros.

Também sugeri ao governo a criação de um programa de incentivo à produção de mudas e sementes nativas e crioulas através de aquisição pública e criação de bancos comunitários.

PROJETOS DE LEI



PL 6136/2016 Sou um dos autores do projeto que atualiza indicadores de produtividade agrícola (que tem defasagem de três décadas) para ampliar a capacidade de o Estado arrecadar terras para a reforma agrária e garantir o cumprimento da função social da propriedade.

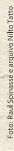
PL 1666/2015 Sou um dos autores do projeto que propõe que produtos adquiridos pelo poder público no PAA e no PNAE sejam dispensados da classificação prevista na Lei 9972/2000.

PL 6543/2016 Trata do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR), para desestimular a manutenção de terras ociosas e promover sua função produtiva.

PL 9263/2017 Apresentei projeto de lei, junto com outros deputados da bancada do PT, para criação de Política Nacional e Plano Nacional de Juventude e sucessão rural. O objetivo é buscar meios de garantir a continuidade da agricultura familiar no Brasil através da ampliação de oportunidades de trabalho e renda; acesso à terra, à educação e a bens e serviços públicos de qualidade, estimulando o desenvolvimento técnico e profissional dos jovens, a ampliação e qualificação de sua participação social e política.









NA CÂMARA DOS DEPUTADOS NÚCLEO AGRÁRIO

Ao longo de todo o mandato, participei do núcleo agrário da bancada do PT na Câmara dos Deputados.

É um espaço de articulação com movimentos sociais e de diálogo com especialistas e autoridades, para fortalecer e aprimorar as políticas públicas para a agricultura familiar e reforma agrária.

Em 2018, assumo a coordenação deste núcleo, agregando também as agendas de direitos humanos e meio ambiente.

CPI FUNAI-INCRA

Participei ativamente da Comissão Parlamentar de Inquérito que foi criada, supostamente, para apurar fraudes e mal-uso do dinheiro público no INCRA (órgão responsável pela política nacional de reforma agrária) e na FUNAI (órgão responsável pela política indigenista). Mas o verdadeiro objetivo da bancada ruralista (que representa grandes donos de terra) e que pressionou pela criação da CPI, era enfraquecer a implementação dos direitos indígenas e dos quilombolas.

A CPI serviu como instrumento dos ruralistas para tentar desqualificar estes órgãos públicos, criminalizar lideranças e especialistas que atuam nestas pautas. Depois de quase dois anos, a CPI terminou sem relatório consistente, apenas questionamentos e suspeitas infundados. Foi um posto avançado de proprietários irresponsáveis e grandes empresas internacionais que querem explorar as terras na Amazônia e em todo o Brasil sem pensar em consequências sociais e ambientais.

Coube às bancadas do PT e PSOL, e aos movimentos e organizações sociais, uma dura resistência para evitar terríveis retrocessos.









DIREITOS HUMANOS

Como membro da Comissão de Direitos Humanos, acompanhei de perto casos de assassinatos ou ameaças a lideranças rurais, prestando solidariedade às vítimas da violência no campo e pressionando para que haja investigação e punição dos criminosos.

Avança no país a tentativa de criminalizar movimentos sociais e suas lideranças, como forma de justificar assassinatos e outras violências. Utilizo as prerrogativas de parlamentar também para fiscalizar, cobrar apuração, e defender os direitos de todos contra a arbitrariedade.



"O deputado Nilto Tatto, atualmente coordenador do Núcleo Agrário do PT na Câmara, reforçou o time que luta na defesa da reforma agrária e dos movimentos populares do campo. Destaco a defesa irrestrita das bandeiras dos indígenas, quilombolas, dos Sem Terra, do pequeno agricultor e do conjunto dos Direitos Humanos. Destaco o esforço constante de unir a pauta agrária com a pauta ambiental, importantíssimo diante da ofensiva ruralista contra direitos do povo brasileiro. Sua atuação, capacidade e parceria são fundamentais na Câmara dos Deputados no enfrentamento contra a bancada ruralista."

DEPUTADO FEDERAL VALMIR ASSUNÇÃO PT-BA

"É um deputado que sempre teve lado em defesa dos pequenos, dos trabalhadores do campo e da cidade, dos quilombolas, dos índios, do meio ambiente. O mandato do Deputado Tatto tem sido fundamental para os movimentos sociais do Brasil."



DEPUTADO FEDERAL MARCON PT-RS



"É sempre muito bom, aquece o coração, quando nós militantes políticos e sociais encontramos pessoas que de fato são comprometidas com as lutas do povo. Foi assim, desde o início, que nasceu e cresceu a minha amizade com o companheiro Nilto Tatto. Nós nos encontramos de forma mais constante quando eu estava no Ministério do Desenvolvimento Agrário. Chamou logo a minha atenção a presença efetiva nos eventos, a participação, o compromisso deste grande companheiro. Depois continuamos juntos na Câmara dos Deputados na luta contra a agenda demolidora do governo golpista. Seja na questão agrária, na questão ambiental, que as duas se irmanam, seja na defesa da vida, do bem comum, da justiça social, Nilto Tatto sempre está presente."

DEPUTADO FEDERAL PATRUS ANANIAS PT-MG

"O companheiro Nilto Tatto é um grande batalhador das causas populares, da justiça social. Conheço seu trabalho em defesa do meio ambiente, na luta contra os agrotóxicos, em defesa da causa indígena, dos quilombolas, dos direitos humanos. É uma honra trabalhar com ele na Câmara Federal em defesa da democracia e dos direitos do povo brasileiro".



DEPUTADO FEDERAL PADRE JOÃO PT-MG



JIL Brasília

Câmara dos Deputados - anexo III gab. 267 - Pça. dos Três Poderes CEP: 70160-900



9º andar -cj. 93 Centro - CEP: 01220-010

